

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 Atividades das empresas do grupo

A controladora, bem como a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) tem como atividades principais o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia civil, compra, venda e incorporação de imóveis, bem como participação em outras sociedades.

Desde 1998, todos os contratos de obras e serviços, com exceção de obras públicas, passaram a ser executados pela controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE).

A Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. em 10 de julho de 2008 adquiriu 99,95% do capital da Reserva de Incorporações Ltda., posteriormente alterada para Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto I Ltda., destinada a construção de apartamentos para comercialização. Em 2009 a empresa iniciou as suas atividades operacionais e atualmente encontra-se em fase de encerramento.

A empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto II Ltda. foi constituída em 03 de setembro de 2008, sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. de 99,95% do capital destinada a construções de apartamentos para comercialização. Em 2016 a empresa está ainda sem atividades e no aguardo de definição de projeto.

A empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto III SPE Ltda. foi constituída em 30 de dezembro de 2015, sendo a participação da Azevedo & Travassos S.A. de 99,95% e da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. de 0,05% do capital e destinada a construções de apartamentos para comercialização. Em 2016 a empresa não havia iniciado suas atividades operacionais, estando em fase de estudos preliminares de projeto imobiliário.

A empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto IV Ltda. foi constituída em 14 de março de 2016, sendo a participação da Azevedo & Travassos S.A. de 99,95% e da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. de 0,05% do capital e destinada a construções de apartamentos para comercialização. Em 2016 a empresa não havia iniciado suas atividades operacionais, estando em fase de estudos preliminares de projeto imobiliário.

1.2 Estratégia operacional

A Companhia tem como estratégia operacional a retomada da sua lucratividade. As principais medidas são:

- a) Continuar racionalizando a estrutura organizacional da Companhia e durante a fase atual de descontinuidade temporária de contratos, reduzir ao máximo os custos administrativos e operacionais.

- b) A ATSA equacionou seus débitos fiscais e está participando de licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura, mercado este onde a empresa tem grande tradição e deverá buscar, de forma seletiva, a recomposição da sua Carteira de Obras com contratos compatíveis ao seu potencial de produção.
- c) A controlada ATE executar com resultado, a prestação de serviços não oriundos de órgãos públicos que para ela foram direcionados desde 1998. As Diretorias Comercial e de Novos Negócios deverão trabalhar intensivamente com objetivo obter novos contratos de modo a retomar sua Receita Bruta anual no patamar de pelo menos R\$ 300.000.
- d) Investir preferencialmente em treinamento de pessoal, buscando melhorar sua produtividade e rentabilidade.
- e) Permanecer no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS onde em 2014 foi feito acordo com a Receita Federal para pagamento até 28 de fevereiro de 2050 (vide nota 21a III).
- f) Viabilizar a incorporação de projetos imobiliários em terrenos disponíveis (aproximadamente 100 mil m²) de sua propriedade, na área urbana da cidade de São Paulo, os quais possuem valor de mercado muito superior ao contabilizado.
- g) A Companhia possui três precatórios junto ao Governo do Estado de São Paulo, no valor total de R\$ 1.380 e um precatório baixado do ativo em 2013 (vide nota explicativa 21b e 21g4). É intenção da empresa, aguardar pelo recebimento dos mesmos ou trocá-los por outros recebíveis para quitação de passivos fiscais, sem realizar perdas econômicas.
- h) Prosseguir com as ações de cobrança ajuizadas contra o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, objetivando êxito no recebimento de correção monetária e juros decorrentes de atrasos nos pagamentos de créditos da empresa e com a ação para recebimento do precatório nº 203/83 no valor de R\$ 3.848 baixado conforme item g acima.
- i) Cobrar dos Clientes a diferença de alíquota de 2,0% para 4,5% referente à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB a partir de dezembro/15.
- h) Entrar com ação judicial contra o DER- SP cobrando a alteração de alíquota do ISS de 3% para 5% relativa a obra do viaduto no Município de Cubatão.
- i) Medida Provisória 766/2017 – Com a instituição do Programa de Regularização Tributária (PRT) junto à Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional foi permitida a regularização de débitos de natureza tributária ou não tributária, vencidos até 30 de novembro de 2016. Dentre as opções de pagamento foi permitida a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido. Nessas condições, a Companhia estuda a possibilidade de quitação de eventual débito, sendo certo que, fará a cessão de parte de seu crédito de prejuízo fiscal (R\$ 7.700 mil) para sua controlada, que optará pelo Programa de Regularização Tributária.
- j) O Relatório da Administração complementa a esta nota explicativa sobre a estratégia operacional da empresa.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem:

As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como **Consolidado**.

As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como **Controladora**.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com o IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, aprovando e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- **Caixa e equivalentes de caixa**

As disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem numerários em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos. As aplicações financeiras são registradas com base no valor da operação acrescida dos rendimentos auferidos, até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

- **Contas a Receber de Clientes**

As contas a receber são reconhecidas pelo seu valor nominal, que é o valor líquido de realização esperado, trata-se de operações de curto prazo não trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações financeiras, e incluem o valor das medições efetuadas no final do exercício assim como a evolução das obras, correspondentes aos serviços executados e não faturados até a data do balanço. E uma provisão para perdas na realização dessas contas a receber (provisão para créditos de liquidação duvidosa ou impairment) pode ser reconhecida quando existir uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das Contas a receber.

- **Estoques**

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

- **Estoque de Imóveis e Imóveis comercializados**

São avaliados ao custo de aquisição, ou valor de realização, dos dois o menor e os imóveis comercializados ao valor de negociação a receber.

- **Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo**

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável os rendimentos auferidos.

- **Investimentos**

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas foram registrados pelo seu valor de aquisição e atualizado pelo método de equivalência patrimonial.

- **Imobilizado**

Composto pelos bens tangíveis registrados ao custo de aquisição, líquidos da depreciação e/ou perdas para redução ao valor recuperável. Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representam melhoria, aumento da capacidade ou de vida útil, são capitalizados, enquanto que os demais gastos são registrados no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme divulgado na nota 11.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

- **Arrendamento Mercantil**

Os contratos de arrendamento mercantil são financeiros consequentemente transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo.

Nesses contratos os ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras como um ativo e passivo de igual valor, baseados no valor justo do ativo ou no valor presente dos pagamentos mínimos, determinados no início do arrendamento mercantil. Os custos iniciais diretamente atribuíveis ao arrendamento mercantil são adicionados ao montante reconhecido como um ativo.

- **Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos de terceiros, são mensurados pelo custo de aquisição, menos as despesas de amortização.

- **Avaliação do valor recuperável de ativos (Impairment).**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos (financeiros e não financeiros) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

- **Empréstimos e financiamentos**

Atualizados com base nas variações monetárias, acrescidos dos respectivos encargos incorridos, até a data de encerramento do exercício.

- **Imposto de renda e Contribuição social**

São computados em conformidade com as disposições da legislação tributária vigente. As alíquotas aplicáveis aos impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidas sobre diferenças temporárias na extensão em que a sua realização seja provável.

As alíquotas definidas atualmente para a determinação do imposto de renda e da contribuição social, correntes e diferidos, são de 25% e 9%, respectivamente

- **Provisões para contingências**

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas sempre que for avaliado como provável perda por seus assessores legais ou a melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes na data do balanço.

- **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo**

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

- **Receitas**

As receitas referentes aos contratos de construção em andamento são reconhecidas no resultado de acordo com as medições efetuadas mensalmente e consequentemente no exercício, e ou evolução das obras.

- **Destinação dos resultados e distribuição de lucros.**

A Companhia remunera seus acionistas através do dividendo mínimo estabelecido no Estatuto Social da Companhia, que poderá ser deduzido dos juros sobre o capital próprio líquido de imposto de renda. O dividendo mínimo, por se tratar de uma obrigação legal, prevista no estatuto social da Companhia, é lançado no passivo circulante, a parcela que exceder o dividendo mínimo é lançada no próprio patrimônio líquido. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio serão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

A sua controlada ATE destina seus resultados entre distribuição de lucros e reservas conforme previsto na legislação societária brasileira. Podendo com relação à remuneração aos acionistas, se utilizar da modalidade de juros sobre capital próprio respeitando os critérios e limites definidos pela legislação brasileira. O reflexo fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

- **Lucro por ação**

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações em circulação.

- **Demonstrações financeiras consolidadas**

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminados os saldos das contas patrimoniais em comum e os resultados intersociedades, realizados e não realizados até a data do balanço, após o efeito dos impostos.

As conciliações entre o lucro do exercício e o patrimônio líquido da controladora e do consolidado não apresentam diferenças.

- **Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”).**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte das suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista ou obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

			Controladora		Consolidado	
Instituição	Tipo de aplicação	Remuneração média mensal em 2016				
			2016	2015	2016	2015
- Aplicações financeiras						
Banco do Brasil	CDB-DI	92,0% CDI	-	1.125	1.846	7.726
Banco Abc	CDB-AUTO	20% CDI	-	-	-	763
Outros			-	-	1.184	797
			-	1.125	3.030	9.286
- Caixas e bancos			9	116	157	567
			9	1.241	3.187	9.853

As aplicações estão atualizadas com base nos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

5. CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Contas a receber	378	9.585	10.405	14.652
Serviços executados e não faturados	958	4.884	27.425	64.599
	<u>1.336</u>	<u>14.469</u>	<u>37.830</u>	<u>79.251</u>

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Estoques de material de construção e peças de manutenção	-	453	3.847	4.776
	<u>-</u>	<u>453</u>	<u>3.847</u>	<u>4.776</u>

7. ESTOQUE DE IMÓVEIS

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Azevedo & Travassos S.A. (a)	8.065	9.561	8.065	9.561
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto II Ltda.	-	-	1.335	1.315
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto III SPE Ltda.			3.603	2.836
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto IV Ltda.	-	-	8.373	-
	<u>8.065</u>	<u>9.561</u>	<u>21.376</u>	<u>13.712</u>
Menos - parcela do circulante	-	-	13.311	4.151
Parcelas a longo prazo (b)	<u>8.065</u>	<u>9.561</u>	<u>8.065</u>	<u>9.561</u>

		Controladora	
	M2	2016	2015
LOTE Elísio	22.999	3.851	3.795
LOTE 3	5.465	-	752
LOTE 4	4.343	-	604
LOTE 5	1.348	-	159
LOTE 6	1.536	-	154
LOTE 7	18.144	2.203	2.150
LOTE 8	17.207	2.011	1.947
	71.042	8.065	9.561

Permanece no ativo imobilizado o lote 1 (55.568 m2) onde esta localizada a sede da companhia.

Em virtude de ainda não se ter uma previsão de concretização da venda dos lotes os valores estão contabilizados no Realizável a Longo Prazo.

Os lotes 3,4 e 5 foram integralizados em 31 de março de 2016 e o lote 6 em 30 de dezembro de 2016 como subscrição capital de Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto IV Ltda.

A empresa tem os imóveis sede da companhia e os lotes Elísio,7 e 8 contabilizados na conta estoque de imóveis R\$ 8.065 e no imobilizado lote 1 e construção (sede da empresa) no valor de R\$ 12.368 perfazendo um total de R\$ 20.433, e apresentam um valor venal de referência para o cálculo do ITBI de R\$ 47.196.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR, OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Impostos a recuperar (a)	-	-	238	773
Caução de aluguel	-	38	204	560
Caução de obras	-	-	1.292	1.014
Conta corrente Consórcio Constran	-	-	219	227
Conta corrente Consórcio Mendes	-	-	303	314
Depósito judicial bloqueado	34	-	150	194
Despesas/custos antecipados (b)	-	4	16.187	994
Outras contas a receber	82	22	798	32
	116	64	19.391	4.108

(a) Parte do valor em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 238 (R\$ 773 em 31 de dezembro de 2015) no consolidado trata-se de créditos de ICMS.

- (b) O valor em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 16.187 (R\$ 994 em 31 de dezembro de 2015) no consolidado trata-se despesas de seguros a apropriar e custos a apropriar conforme determina o parágrafo 21 do CPC 17.

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

A COMPANHIA MANTÉM INVESTIMENTOS:

	Participação no final do exercício %		No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Azevedo & Travassos Engenharia Ltda (a)	99,95	99,95	19.707	53.001	(33.294)	1.329
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda -ATDI-III (b)	99,95	99,95	3.577	2.836	-	-
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto IV Ltda -ATDI-IV (c)	99,95	99,95	8.326	-	-	-
Total			31.610	55.837	(33.294)	1.329

a) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., é composto em 31 de dezembro de 2016 de 16.410.500 cotas (16.410.500 cotas em 2015)..

O patrimônio líquido da controlada em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 19.719(R\$ 53.030 em 2015) e o seu prejuízo do exercício é de R\$ (33.311) (lucro líquido de R\$ 1.329 em 2015). A controladora em 16 de dezembro de 2014, aumentou o capital da controlada em R\$ 2.544.

b) Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda. –ATDI-III

A participação foi feita em 30 de dezembro de 2015 e 2016, através da integralização do lote 9 na subscrição capital no valor de R\$ 3.577, a empresa ainda não iniciou suas atividades.

c) Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto IV Ltda. –ATDI-IV

A participação foi feita em 14 de março de 2016 , através da integralização de R\$ 10 e em 31 de março de 2016 através da integralização do lote 3,4 e 5 na subscrição capital no valor de R\$ 7.009, e em 30 de dezembro de 2016 do lote 6 no valor de R\$ 1.307, a empresa ainda não iniciou suas atividades.

A CONTROLADA AZEVEDO & TRAVASSOS ENGENHARIA LTDA., MANTÉM INVESTIMENTOS:

	Participação no final do exercício %		No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda (ATDI-I)	99,95	99,95	29	73	20	11
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda (ATDI-II)	99,95	99,95	10	10	-	-
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda (ATDI-III)	0,05	0,05	1	1	-	-
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto IV Ltda (ATDI-IV)	0,05	-	4	-	-	-
Total			44	84	20	11

EM 2016 a ATDI-II, ATDI-III E ATDI-IV ainda não haviam iniciado suas atividades e a ATDI-I esta em fase de encerramento.

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Operações:				
- Contrato de aluguel (a)	532	512	-	-
- Receita bruta de serviços (b)	2.656	19.558	-	-
- Transferência de terreno (c)	-	-	1.050	1.050
- Juros S/ Capital pago	-	-	-	469
- Lucros pago (d)	-	-	414	-
- Lucros a pagar (d)	-	-	-	350
- Outras partes relacionadas (e)	-	-	291	424
- Mútuo entre AT e ATE (f)	4.725	-	4.725	-
- Mútuo entre ATE e ATDI-I (f)	35	-	35	245
- Mútuo entre ATE e ATDI-II (f)	275	-	271	245
- Mútuo entre AT e ATDI-III (f)	26	-	20	-
- Mútuo entre AT e ATDI-IV (f)	56	-	42	-
- Integralização capital ATDI-III (g)	3.577	2.836	-	-
- Integralização capital ATDI-IV (h)	8.326	-	-	-

(a) Refere-se a aluguel pago pela ATE a controladora pelo uso imóvel / sede.

- (b) Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as operações entre a controladora Azevedo & Travassos S.A. e sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., foram, em sua maioria, repasses de despesas rateadas em função de prestação de serviços realizados em condições compatíveis com o mercado, em preços e prazos.
- (c) Em 02 de setembro de 2010 a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. transferiu para a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda., um lote de 3.922m2, por R\$ 1.050, através de instrumento particular de confissão de dívida com pagamento previsto para 31 de dezembro de 2016.
- (d) A Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda., realizou em 30 de setembro de 2015 a distribuição de lucros para controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) de R\$ 350 e de R\$ 64 em 30 de junho de 2016.
- (e) Trata-se de compra de materiais (mantas importadas da Raychen) da Intech Engenharia Ltda. e prestação de serviços (desenvolvimento imobiliário) da HMendes Arquitetura e Paisagismo Ltda.
- (f) Refere-se mútuo entre a empresa ATE e sua controlada ATDI II e ATDI I, e da AT com suas controladas ATE, ATDI III e ATDI IV.
- (g) Foi constituída em 30 de dezembro de 2015 a empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda., com participação de 99,95% da Azevedo & Travassos S.A. e 0,05% da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. . A Azevedo & Travassos S.A. integralizou sua participação com a cessão do Lote 9 Pirituba e retificação em 30 de dezembro de 2016.
- (h) Foi constituída em 14 de março de 2016 a empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto IV Ltda., com participação de 99,95% da Azevedo & Travassos S.A. e 0,05% da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. . A Azevedo & Travassos S.A. integralizou sua participação parte com R\$ 10 e com a cessão do Lote 3, 4, e 5 Pirituba no valor de R\$ 7.009, e em 30 de dezembro de 2016 do lote 6 no valor de R\$ 1.307.
- Honorários dos administradores e benefícios.
Em 31/12/2016, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, reconhecidas no resultado do período, totalizam R\$ 1.688 (R\$ 1.541 em 30 de setembro de 2015), conforme quadro abaixo:

	2016	2015
Benefícios de Curto Prazo		
- Salário ou Pró-Labore (i)	2.266	2.085
- Benefícios (ii)	109	136
- Bônus	-	-
Total	2.375	2.221

(i) Inclui remuneração fixa (salários,, honorários e férias).

(ii) Benefícios: assistência médica, refeição e seguro de vida.

A Companhia não tem plano de remuneração variável nem plano de remuneração baseado em ações.

11. IMOBILIZADO

		Controladora		
		2016		2015
Taxa anual de depreciação %		Custo	Depreciação	Líquido
Edifícios e benfeitorias	4	6.507	(1.855)	4.652
Máquinas e equipamentos	10	733	(660)	73
Outros	10	468	(274)	194
		7.708	(2.789)	4.919
Terrenos		522	-	522
Reavaliação de terrenos e edifícios		7.815	(621)	7.194
		16.045	(3.410)	12.635

		Consolidado		
		2016		2015
Taxa anual de depreciação %		Custo	Depreciação	Líquido
Edifícios e benfeitorias	4	6.566	(1.901)	4.665
Máquinas e equipamentos	10	14.157	(10.179)	3.978
Veículos	10	15.613	(8.206)	7.407
Outros	10	8.276	(5.238)	3.038
		44.612	(25.524)	19.088
Terrenos		522	-	522
Reavaliação de terrenos e edifícios		7.815	(621)	7.194
		52.949	(26.145)	26.804

A mutação do saldo do imobilizado:

		Controladora			
		2015	Adições	Baixas	Transferências
Edifícios e benfeitorias	5.886	621	-	-	6.507
(-) Depreciação Acumulada	(1.607)	(249)	-	1	(1.855)
Máquinas e equipamentos	733	-	-	-	733
(-) Depreciação Acumulada	(660)	-	-	-	(660)
Outros	451	17	-	-	468
(-) Depreciação Acumulada	(241)	(33)	-	-	(274)
Terrenos	522	-	-	-	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	7.815	-	-	-	7.815
(-) Depreciação Acumulada	(562)	(59)	-	-	(621)
	12.337	297	-	1	12.635

A mutação do saldo do imobilizado:

		Consolidado			
		2015	Adições	Baixas	Transferências
Edifícios e benfeitorias	5.945	621	-	-	6.566
(-) Depreciação Acumulada	(1.650)	(251)	-	-	(1.901)
Máquinas e equipamentos	22.343	209	(588)	(7.807)	14.157
(-) Depreciação Acumulada	(12.815)	(1.614)	310	3.940	(10.179)
Veículos	15.545	489	(421)	-	15.613
(-) Depreciação Acumulada	(7.016)	(1.464)	274	-	(8.206)
Outros	8.243	230	(197)	-	8.276
(-) Depreciação Acumulada	(4.753)	(631)	146	-	(5.238)
Terrenos	522	-	-	-	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	7.815	-	-	-	7.815
(-) Depreciação Acumulada	(562)	(59)	-	-	(621)
	33.617	(2.470)	(476)	(3.867)	26.804

Em 31 de dezembro de 2016 esta registrado no ativo circulante um saldo de R\$ 3.867, referente a ativo não circulante mantido para venda.

Tendo em vista, principalmente, a valorização recente de seus imóveis, a companhia entende que passa a ser provável que venha a usufruir dos benefícios econômicos associados a um ativo não depreciável (terrenos). Dessa forma, conservadoramente, reconheceu em 31 de dezembro de 2012, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação anteriormente constituída, conforme estabelece o item 39 da Resolução CFC 1263/09.

Custo Atribuído (deemed cost)

A companhia não exerceu a opção de adoção do custo atribuído a seus ativos imobilizados, conforme definido na interpretação técnica ICPC 10.

12. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização %	2016			Consolidado
					2015
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Softwares	20	3.482	(2.687)	795	995
		<u>3.482</u>	<u>(2.687)</u>	<u>795</u>	<u>995</u>

A mutação do saldo do intangível:

					Consolidado
	2015	Adições	Baixas	Transferências	2016
Softwares	3.306	184	(8)	-	3.482
(-) Amortização Acumulada	(2.311)	(384)	8	-	(2.687)
	<u>995</u>	<u>(200)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>795</u>

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Moeda nacional	Encargos	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			2016	2015	2016	2015
. Capital de giro	cdi + 0,72 am	Janeiro de 2017 a Fevereiro de 2019	1.000	1.000	31.106	12.083
. Finame	9% a.a.	Janeiro de 2017 a Março de 2019	-	-	299	614
. Financiamento CDC	1,15% a.m.	Janeiro de 2017 a Abril de 2019	-	-	673	1.275
. Arrendamento mercantil	1,20% a.m.	Janeiro de 2017 a Agosto de 2018	-	-	634	1.398
			1.000	1.000	32.712	15.370
Menos - parcela do circulante			1.000	1.000	20.758	11.585
Parcela a longo prazo			-	-	11.954	3.785

Os empréstimos estão garantidos por notas promissórias mais aval dos diretores, alienação fiduciária dos bens e imóveis correspondente ao lote 3,4 e 5 da ATDI IV e lote 9 da ATDI III .

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – OUTROS IMPOSTOS

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Curto prazo				
Impostos a recolher (COFINS, PIS e outros) (a)	1.184	1.505	17.789	6.828
Parcelamentos (pis-cofins-inss desoneração) (b)	-	-	2.764	2.062
	1.184	1.505	20.553	8.890
Longo prazo				
Parcelamentos (pis-cofins-inss desoneração) (b)	-	-	5.693	6.857
	-	-	5.693	6.857

(a) Dentro do valor de impostos a recolher, parte é diferido para recolher, quando do recebimento da receita, que lhe deu origem.

- (b) Em 04 de setembro de 2015, a controlada ATE, deu entrada pedido parcelamento de débitos do PIS, COFINS e INSS DESONERAÇÃO, período de apuração de fevereiro a julho de 2015, vencidos de março a agosto de 2015, tendo sido diferido e em fase de andamento pela Receita Federal. O prazo de vencimento é de 60 parcelas, o saldo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 8.216. Em novembro de 2016, a controlada ATE realizou parcelamento de INSS a ser pago em 60 parcelas, o saldo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 241.

Composição do parcelamento	Ano	31/12/2016
	2.016	388
	2.017	2.377
	2.018	2.236
	2.019	2.236
	2.020	1.179
	2.021	41
		<u>8.457</u>
Menos -parcela do curto prazo		<u>(2.764)</u>
Parcelas a longo prazo		<u><u>5.693</u></u>

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Seguros a pagar	-	-	270	508
Contas a Pagar - Ate	4.725	-	-	-
Outras	68	165	502	261
Parcela do circulante	4.793	165	772	769

16. PATRIMONIO LIQUIDO

a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 está composto por 9.000.000 ações ordinárias, 18.000.000 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 27.000.000 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm prioridade no recebimento de dividendos.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio em 31 de Dezembro de 2015

Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária.

- I) O Conselho de administração em reunião realizada em 11 de dezembro de 2015, referendado pela Assembléia Geral Ordinária de 29 de Abril de 2016, deliberou creditar em 29 de dezembro de 2015 juros sobre capital próprio de R\$ 2.079, aplicado sobre posição acionária de 11 de dezembro de 2015, correspondente a R\$ 0,077028493 por ação e pagamento em 12 parcelas, iguais e sucessivas, a primeira em 30 de dezembro de 2015, que serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2015.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(42.599)	1.541	(60.818)	2.355
ATDI I calculo pelo lucro presumido	-	-	-	-
Adições:				
- Provisão não dedutível	117	130	299	522
- Despesas indedutíveis	1.492	2.312	2.552	2.694
Exclusões:				
- Equivalência	33.294	(1.329)	-	-
- Juros sobre o capital próprio	-	(2.079)	-	(2.079)
- Outros	(477)	-	(738)	-
- Reversão de provisão não dedutível	-	(1.000)	-	(1.000)
- Prejuízo Fiscal	-	-	-	425
Base de cálculo	(8.173)	(425)	(58.705)	2.917
Alíquota (%)	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social líquido do adicional	2.780	144	19.960	(966)
Incentivo fiscal	-	-	-	19
Outros	56	(440)	1.088	(168)
Atdi-I	-	-	(9)	-
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	144	(164)	(947)
Imposto de renda e contribuição social - diferido (a)	2.836	(440)	21.203	(163)
	<u>2.836</u>	<u>(296)</u>	<u>21.039</u>	<u>(1.110)</u>

- (a) Foram registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme instrução CVM 235/95.

19. RECEITA LIQUÍDA DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita bruta de produtos e serviços	4.541	29.298	139.362	321.291
	<u>4.541</u>	<u>29.298</u>	<u>139.362</u>	<u>321.291</u>
Deduções de produtos e serviços				
Impostos sobre produtos e serviços	(405)	(1.993)	(17.060)	(32.911)
	<u>(405)</u>	<u>(1.993)</u>	<u>(17.060)</u>	<u>(32.911)</u>
Total	<u>4.136</u>	<u>27.305</u>	<u>122.302</u>	<u>288.380</u>

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS E CUSTOS

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Salários e encargos	5.320	6.303	10.783	11.535
Serviços contratados de terceiros	226	113	2.501	3.198
Outros	603	782	500	2.688
	<u>6.149</u>	<u>7.198</u>	<u>13.784</u>	<u>17.421</u>

CUSTOS

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Salários e encargos	1.681	7.435	69.611	82.592
Materias	2.980	2.888	30.949	38.553
Serviços/Locções contratados terceiros	3.460	4.989	47.018	92.418
Revenda	-	-	-	14.264
Outros	2.125	2.125	11.748	31.220
	<u>10.246</u>	<u>17.437</u>	<u>159.326</u>	<u>259.047</u>

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) REFIS Federal

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Passivo Circulante	1.579	1.305	1.579	1.305
Passivo Não Circulante	43.411	43.290	43.411	43.290
Total	44.990	44.595	44.990	44.595

- I) A Sociedade optou pela inclusão de seus débitos fiscais consolidados no Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 9.964/2000 que prevê a liquidação do débito parcelado à razão de 1,2% da receita bruta mensal apurada pelo contribuinte devedor.
- II) Pelo artigo 14º da Lei nº 9964, de 10/04/2000, que instituiu o REFIS, as obrigações decorrentes dos débitos incluídos no REFIS não serão consideradas para fins de determinação de índices econômicos vinculados a licitações pela administração pública direta ou indireta e em operações de financiamentos realizadas por instituições financeiras oficiais federais.
- III) A partir de junho/14, a Companhia, atendendo notificação da Receita Federal, adequou a parcela do REFIS, de tal modo que o prazo para quitação do débito não ultrapassasse 50 anos desde sua adesão ao programa. Deste modo, o prazo máximo ficou estabelecido para 28/02/2050. O valor da parcela esta sendo calculado, a partir de 30/06/14, dividindo-se o saldo do extrato do REFIS, incluindo a TJLP do mês, pelo número de parcelas faltantes para o prazo final. Na hipótese de 1,2% sobre a Receita Bruta da Companhia vier a ser maior do que o valor da parcela, calculado conforme descrito acima, este deverá ser o valor adotado, seguindo o critério original estabelecido no REFIS. O saldo do extrato em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 44.990 (R\$ 44.595 em 2015)

b) Precatórios a receber

Refere-se a precatórios oriundos de ações judiciais relativos a desapropriação de terreno promovido pela Fazenda Estadual e cobrança de juros e correção monetária sobre atrasos de pagamentos de contas a receber do DER/SP. Em 31 de dezembro de 2016 apresenta um saldo de R\$ 1.380(R\$ 1.380 em 2015). Vide nota 21 g.3

c) Provisão para Contingências - Ações trabalhistas, fiscais e cíveis

Em 31 de dezembro de 2016, está provisionado o montante de R\$ 1.000 (R\$ 1.000 em 2015),e no consolidado R\$ 3.400 (R\$ 3.600 em 2015) o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

• Controladora

Processos					2016
Probabilidade de Perda	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Provisão Contábil
Provável	240	-	-	240	240
Possível	1.243	40	180	1.463	731
Remota	914	24.040	29	24.983	29
Total	2.397	24.080	209	26.686	1.000

• Consolidado

Processos					2016
Probabilidade de Perda	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Provisão Contábil
Provável	1.372	33	413	1.818	1.818
Possível	4.010	126	1.105	5.241	2.553
Remota	11.261	24.653	3.716	39.630	29
Total	16.643	24.812	5.234	46.689	4.400

•

Processos					2015
Probabilidade de Perda	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Provisão Contábil
Provável	256	23	-	279	279
Possível	775	-	350	1.125	721
Remota	29	8.249	10	8.288	-
Total	1.060	8.272	360	9.692	1.000

• Consolidado

Processos					2015
Probabilidade de Perda	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Provisão Contábil
Provável	879	31	413	1.323	1.323
Possível	1.692	-	2.460	4.152	2.277
Remota	11.549	9.276	1.933	22.758	-
Total	14.120	9.307	4.806	28.233	3.600

	Controladora			Consolidado		
	2015	Movimento no exercício	2016	2015	Movimento no exercício	2016
Trabalhista	752	138	890	1.807	1.532	3.339
Fiscal	23	(3)	20	31	65	96
Cível	225	(135)	90	1.762	(797)	965
Total	1.000	-	1.000	3.600	800	4.400

A Companhia e suas Controladas são parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera judicial, e processos tributários em andamento nas esferas judicial e administrativa. As provisões relativas a esses processos são classificadas quanto à probabilidade de perda provável e possível.

A Companhia e suas Controladas possuem ações de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificada pela Administração e seus advogados como remota. O valor considerado nessa classificação corresponde à somatória dos valores atribuídos às causas pelos demandantes.

Os riscos tributários classificados como remotos são compostos, na sua maioria, por autos de infração e pedidos de compensação ainda pendentes de discussão na esfera administrativa e processos judiciais cujos débitos foram quitados ou tiveram a incidência de prescrição reconhecida.

Os processos trabalhistas em que a Companhia e suas Controladas são partes são promovidos por ex-colaboradores e terceiros, cujos pedidos se constituem em pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas extras, indenizações, demais consectários trabalhistas e verbas decorrentes de responsabilidade subsidiária. A provisão destes leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas nos últimos exercícios.

A Companhia e suas Controladas possuem processos de natureza cível, que referem-se principalmente à questões indenizatórias, regressivas e discussões de cláusulas e cumprimento de contratos. A provisão desse risco leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas.

d) Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social

d.1) HISTÓRICO

	TOTAL	IRPJ	CSLL
Prejuízos fiscais IRPJ períodos de 2000 a 2008		36.673	-
Base negativa de CSLL períodos de 2000 a 2008		-	36.676
Total do prejuízo fiscal e base negativa		36.673	36.676
CRÉDITOS			
Créditos prejuízos fiscais IRPJ (36.673 x 25%)	9.168	9.168	
Créditos base negativa de CSLL (36.676 x 9%)	3.301		3.301
Total dos créditos (1)	12.469	9.168	3.301
UTILIZADO			
Para quitação débitos fiscais lei nº 11941/09	283	176	107
Cessão IRPJ e CSLL para ATE quitar parcelamento	2.544	1.870	674
DIPJ período 2009 a 2014 - IRPJ e CSLL	1.940	1.425	515
Total dos valores utilizados (2)	4.767	3.471	1.296
Saldo para ser utilizado em 31/12/2015(1- 2)	7.702	5.697	2.005
CRÉDITOS de 2016			
Créditos prejuízos fiscais IRPJ (7.751+425 x 25%)	2.045	2.045	
Créditos base negativa de CSLL (7.751+425 x 9%)	736		736
Total dos créditos em 2016	2.781	2.045	736
Saldo para ser utilizado em 31/12/2016	10.483	7.742	2.741

d.2) DEMONSTRATIVO DOS VALORES RECONHECIDOS NO ATIVO CRÉDITOS FISCAIS EM 31/12/2016

	<u>TOTAL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
RECONHECIDO			
a) Reconhecido em 2012 como Imposto Reserva de Reavaliação	1.889	1.389	500
sub-total (a)	<u>1.889</u>	<u>1.389</u>	<u>500</u>
b) Reconhecido como lucros tributários futuros até 31/12/2013	8.957	6.619	2.338
REVERSÃO			
DIPJ período 2014 - IRPJ e CSLL	(600)	(441)	(159)
Cessão em 2014 IRPJ e CSLL para ATE quitar parcelamento	(2.544)	(1.870)	(674)
sub-total (b)	<u>5.813</u>	<u>4.308</u>	<u>1.505</u>
c) Reconhecido como lucros tributários futuros em 2016	2.781	2.045	736
sub-total (c)	<u>2.781</u>	<u>2.045</u>	<u>736</u>
Total reconhecido na conta ativo - Créditos Fiscais (a + b + c)	<u>10.483</u>	<u>7.742</u>	<u>2.741</u>

Trata-se de prejuízo fiscal do imposto de renda e a base negativa de contribuição social relativo aos períodos de (2000 a 2008) (2015 e 2016) e estão sujeitos à compensação com lucros tributáveis futuros.

Em virtude da companhia ter gerado resultados tributáveis nos últimos exercícios e apresentar expectativas de realização dos prejuízos fiscais acumulados, foi reconhecido o imposto de renda e contribuição social diferida sobre os prejuízos fiscais passíveis de compensação.

A Administração da Companhia realizou estudo técnico “Revisão Periódica do Crédito Fiscal Diferido Reconhecido do Prejuízo Fiscal do IRPJ e da Base de Cálculo Negativa do CSLL”, será enviado para aprovação pelo Conselho de Administração .

Esta revisão foi preparada seguindo as definições da Deliberação CVM n.º 273, de 20 de agosto de 1998, que aprovou o pronunciamento específico emitido pelo IBRACON, bem como a Instrução CVM n.º 371, de 27 de junho de 2002 e Pronunciamento Técnico CPC 32.

d.3) DEMONSTRATIVO DOS VALORES RECONHECIDOS NO ATIVO CRÉDITOS FISCAIS EM 31/12/2016 (ATE)

	<u>TOTAL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
RECONHECIDO			
c) Reconhecido como lucros tributários futuros em 2016	17.338	12.748	4.590

Em virtude da companhia ter gerado resultados tributáveis nos últimos exercícios e apresentar expectativas de realização dos prejuízos fiscais acumulados, foi reconhecido o imposto de renda e contribuição social diferida sobre os prejuízos fiscais passíveis de compensação.

A Administração da Companhia realizou estudo técnico “Revisão Periódica do Crédito Fiscal Diferido Reconhecido do Prejuízo Fiscal do IRPJ e da Base de Cálculo Negativa do CSLL”, será enviado para aprovação pelo Conselho de Administração

e) Cobertura de seguros

A cobertura de seguros em 31 de dezembro de 2016 é considerada suficiente pela Administração da empresa para cobrir eventuais sinistros.

As premissas de riscos adotados pela empresa, em razão de sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras. Consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

f) Arrendamento Mercantil

Em 31 de dezembro de 2016 a dívida a valor presente reconhecida contabilmente é de R\$ 634 (R\$ 1.398 em 31 de dezembro de 2015), sendo os compromissos decorrentes de arrendamento mercantil (principal + encargos) assumidos pela Azevedo & Travassos Engenharia Ltda, relativo à aquisição de equipamentos e veículos, no montante de R\$ 862 (R\$ 1.914 em 31 de dezembro de 2015), e as parcelas serão devidas nos seguintes períodos:

<u>Exercícios</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
2016	-	1.053
2017	604	604
2018	258	257
	<u>862</u>	<u>1.914</u>

g) Ações Judiciais Ativas

g.1) Exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e COFINS.

A ação ajuizada pela Companhia aguarda julgamento em 1ª Instância. Ações propostas pela Companhia (ASTA) e controlada (ATE). Estima-se o benefício patrimonial decorrentes de tais ações, até 31.12.2016, para Companhia (ATSA) de R\$ 150 e, para a ATE de R\$ 4.833. Ambas as ações estão sobrestadas no Tribunal Regional Federal da Terceira Região aguardando julgamento da matéria pela Supremo Tribunal Federal. No entanto, em 15.03.2017, os Ministros do Supremo Tribunal Federal finalizaram o julgamento do RE n.º 574.706, ao qual se havia atribuído o efeito da repercussão geral. Nesta sessão de julgamento, por maioria de votos, entenderam que o valor do ICMS não deve ser incluído na base de cálculo do PIS, bem como na base de cálculo da Cofins.

g.2) Ação DER/SP

Ação proposta objetivando a cobrança de créditos decorrentes de contrato administrativo celebrado com o DER, ainda pendente de julgamento em 1ª Instancia, sendo certo que na pericia realizada nos autos, foi apurado, pelo Assistente Técnico indicado, crédito a favor da Companhia (ATSA) no montante de R\$ 10.009, data base jan/2007.

g.3) Ação para exclusão de verbas indenizatórias da base de cálculo do INSS

Ações propostas pela Companhia (ATSA) e a controlada ATE buscando a exclusão das verbas de natureza indenizatória da base de calculo da contribuição previdenciária e a recuperação dos valores recolhidos a esse titulo, sendo a ação ajuizada pela Companhia (ATSA) julgada parcialmente procedente em 1ª e 2ª Instancias, e aquela ajuizada pela Controlada ATE, julgada parcialmente procedente em 1ª Instancia, aguardando julgamento pela 2ª Instancia, não sendo, neste momento, possível a mensuração do beneficio patrimonial de ambas as demandas.

g.4) Precatório Judicial

Nada obstante a deliberação da Companhia (ATSA), em 31.12.2013, em baixar de seu ativo o valor de R\$ 3.848, referente aos créditos decorrentes do Precatório Judicial, extraído da Ação Ordinária promovida contra o DER, processo nº 203/83, em tramite perante a 4ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, em razão da análise de risco quanto a definição de seu valor, a Companhia continua a discussão judicial no sentido de ver reconhecido e pago o crédito, que segundo os cálculos que entende corretos, importa em R\$ 3.769 mil, em 31.12.2016

g.5) Multa 10% - FGTS

A Companhia (ATSA) e a ATE ajuizaram, em 29/01/2014, ações judiciais objetivando a autorização para depósito judicial mensal dos valores relativos à Contribuição Social prevista no artigo 1º da Lei Complementar n.º 110/2001 (multa de 10%), e, no mérito, a declaração da inconstitucionalidade incidental e superveniente da referida exação. Foram proferidas as decisões autorizando os depósitos judiciais, estando, as ações aguardando decisão de mérito. Em 31 de dezembro de 2016 os valores históricos depositados totalizavam R\$ 143 para a ATSA e R\$ 1.265 para a ATE.

g.6) Ação DER – Majoração da alíquota do ISS de Cubatão-SP

A Companhia ingressou com ação indenizatória pelas perdas decorrentes da majoração da alíquota do ISS de Cubatão/SP, de 2% para 5%, referente ao contrato administrativo n.º 18.374-0, estimando-se um valor envolvido de R\$ 1.136.

* * *